

VIDROPORTO S.A.

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

VIDROPORTO S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Vidroporto S.A.
Porto Ferreira - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Vidroporto S.A.** (“**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Vidroporto S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

Conforme Notas Explicativas nºs 9.f e 18 às demonstrações contábeis, a Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia e consideramos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Avaliamos a adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 26 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 029356/O-1

A handwritten signature in blue ink, consisting of a large, stylized 'M' followed by a horizontal line and a small flourish.

Marcos Vinícius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

VIDROPORTO S.A.

Balances patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019 (Reclassificado)			2020	2019 (Reclassificado)	2020	2019 (Reclassificado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	75.603.276	28.614.615	102.247.026	33.118.197	Fornecedores	19	22.184.188	17.812.020	39.013.572	23.590.243
Contas a receber de clientes	11	128.839.979	66.988.594	176.932.063	97.084.816	Empréstimos e financiamentos	20	85.917.067	53.037.284	91.441.908	53.037.284
Estoques	12	35.875.813	48.189.012	58.381.214	70.598.901	Debêntures a pagar	21	40.674.152	22.014.041	40.674.152	22.014.041
Impostos a recuperar	13	1.061.338	373.726	28.669.553	25.524.749	Salários, férias e encargos a pagar		6.624.840	5.991.692	9.230.025	7.512.874
Despesas antecipadas		650.247	1.740.127	996.526	2.106.391	Impostos e contribuições sociais a recolher	22	14.532.977	17.553.599	17.483.419	19.825.818
Outros créditos		1.538.712	1.065.381	4.431.495	13.895.353	Parcelamentos de Impostos	23	3.033.291	-	3.271.987	-
		243.569.365	146.971.455	371.657.877	242.328.408	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		12.439.271	6.792.268	12.439.271	6.792.268
						Outras contas a pagar		515.542	2.686.705	1.147.080	3.256.269
								185.921.328	125.887.610	214.701.414	136.028.797
Não circulante						Passivo não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	20	13.934.376	44.209.445	28.517.709	44.209.445
Instrumentos financeiros derivativos	14	18.700.290	7.908.511	18.700.290	7.908.511	Debêntures a pagar	21	229.506.715	171.425.280	229.506.715	171.425.280
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	-	653.016	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	94.733.365	89.793.339	96.125.553	89.793.339
Impostos a recuperar	13	962.168	2.343.282	17.516.651	2.381.533	Parcelamentos de Impostos	23	11.214.928	-	12.129.930	-
Outros créditos		479.349	523.819	479.349	820.549	ICMS diferido		-	-	15.654.658	-
		20.141.807	10.775.612	36.696.290	11.763.609	Provisão para contingências	29	2.450.277	2.207.264	2.461.119	2.218.106
								351.839.661	307.635.329	384.395.684	307.646.171
Investimentos	16	410.440.564	349.086.953	202.993	202.993	Patrimônio líquido	24				
Imobilizado	17	224.596.154	235.458.192	551.526.839	498.149.231	Capital social		220.009.044	197.114.869	220.009.044	197.114.869
Intangível		1.617	1.617	1.617	1.617	Reserva legal		13.853.072	10.579.580	13.853.072	10.218.006
		655.180.142	595.322.373	588.427.739	510.117.449	Reserva de retenção de lucros		127.126.402	101.076.441	127.126.402	101.438.015
						Total do patrimônio líquido		360.988.518	308.770.889	360.988.518	308.770.889
Total do ativo		898.749.507	742.293.828	960.085.616	752.445.857	Total do passivo e patrimônio líquido		898.749.507	742.293.828	960.085.616	752.445.857

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Reclassificado)	2020	2019 (Reclassificado)
Receita operacional líquida	25	366.327.571	307.314.200	481.894.920	372.721.206
Custos dos produtos vendidos	26	(241.836.579)	(216.151.047)	(339.217.167)	(276.537.089)
Lucro bruto		<u>124.490.992</u>	<u>91.163.153</u>	<u>142.677.753</u>	<u>96.184.117</u>
Receitas/(despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	27	(18.496.681)	(17.266.675)	(27.485.481)	(23.777.517)
Equivalência patrimonial	16	10.353.509	(906.790)	-	-
Outras receitas/(despesas)		1.402.707	(913.570)	8.551.231	(552.740)
		<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		117.750.527	72.076.119	123.743.503	71.853.860
Receitas financeiras	28	42.017.150	27.869.097	53.179.524	28.289.862
Despesas financeiras	28	(67.241.547)	(56.022.463)	(82.351.693)	(56.873.985)
		<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		92.526.130	43.922.753	94.571.334	43.269.737
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(22.116.259)	(10.879.604)	(22.116.259)	(10.879.604)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(4.940.026)	(2.633.125)	(6.985.230)	(1.980.109)
		<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Lucro líquido do exercício		<u>65.469.845</u>	<u>30.410.024</u>	<u>65.469.845</u>	<u>30.410.024</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	65.469.845	30.410.024	58.321.321	28.596.445
Resultado abrangente total	65.469.845	30.410.024	58.321.321	28.596.445

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2019	171.803.649	9.013.778	103.493.486	-	284.310.913
Aumento de capital com reservas	25.311.220	-	(25.311.220)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.410.024	30.410.024
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	1.565.802	-	(1.565.802)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.950.048)	(5.950.048)
Reserva de retenção de lucros	-	-	22.894.175	(22.894.175)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	197.114.869	10.579.580	101.076.441	-	308.770.889
Aumento de capital com reservas	22.894.175	-	(22.894.175)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.469.845	65.469.845
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	3.273.492	-	(3.273.492)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(5.419.641)	(5.419.641)
Reversão de dividendos	-	-	4.606.695	-	4.606.695
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(12.439.271)	(12.439.271)
Reserva de retenção de lucros	-	-	44.337.441	(44.337.441)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	220.009.044	13.853.072	127.126.402	-	360.988.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reclassificado)	2020	2019 (Reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	65.469.845	30.410.024	65.469.845	30.410.024
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	20.991.633	20.353.334	31.521.654	27.754.990
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.940.026	3.568.546	6.985.230	2.915.530
Resultado na venda de ativo imobilizado	509.727	61.177	584.409	61.177
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	553.781	-	553.781	-
Constituição de provisão para contingências	243.013	101.623	243.013	101.623
Ajuste a valor presente do contas a receber	630.283	35.921	735.005	(334.742)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6.006)	(6.357)	6.061	9.318
Realização do custo de transação	668.358	484.631	668.358	484.631
Instrumentos financeiros derivativos	(10.791.779)	806.701	(10.791.779)	806.701
Equivalência patrimonial	(10.353.509)	906.790	-	-
Juros e variação cambial s/ empr.e financiamentos/debêntures	41.341.498	19.708.575	41.341.498	19.708.575
Ajustes de exercício anteriores	-	(773)	-	(129.691)
Variação em contas a receber de clientes	(63.035.449)	37.184.870	(81.136.033)	7.459.310
Variação em estoques	12.313.199	(14.505.276)	12.217.687	(35.003.820)
Variação em impostos a recuperar	693.503	1.125.617	(18.279.921)	1.984.116
Variação em despesas antecipadas	1.089.880	(950.708)	1.109.865	(1.316.972)
Variação em outros créditos	(428.861)	986.740	9.805.058	(11.844.511)
Variação em fornecedores	4.378.173	(1.425.434)	15.417.267	3.772.431
Variação em salários, férias e encargos a pagar	633.148	(465.082)	1.717.151	490.834
Variação em impostos e contribuições sociais a recolher	(3.020.622)	6.956.601	(2.342.399)	8.885.589
Variação em outras contas a pagar	(2.171.163)	2.010.519	(2.109.188)	2.779.135
Variação em parcelamentos e icms diferido	14.248.219	-	31.056.575	-
Variação em outros investimentos	-	5.390.417	-	5.390.417
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	78.896.897	112.738.457	104.773.138	64.384.666
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(10.639.322)	(8.951.491)	(85.483.670)	(14.102.541)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(51.000.000)	(57.790.487)	-	-
Aumento de capital em controlada	(101)	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(61.639.424)	(66.741.978)	(85.483.670)	(14.102.541)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos tomados	49.981.904	-	69.981.904	-
Debêntures tomadas	100.000.000	-	100.000.000	-
Pagamento de debêntures	(22.500.000)	(4.500.000)	(22.500.000)	(4.500.000)
Pagamento de juros sobre debêntures	(7.209.244)	(16.768.252)	(7.209.244)	(16.768.252)
Custos de transação relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.426.812)	-	(1.426.812)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(7.605.214)	(361.108)	(7.605.214)	(361.108)
Provisão de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(5.950.048)	-	(5.950.048)
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(57.372.511)	(49.802.638)	(58.048.998)	(49.802.638)
Pagamento de juros/variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(24.136.934)	(3.945.850)	(23.352.274)	(3.945.850)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	29.731.188	(81.327.897)	49.839.361	(81.327.897)
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	46.988.661	(35.331.417)	69.128.829	(31.045.771)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	28.614.615	63.946.032	33.118.197	64.163.968
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	75.603.276	28.614.615	102.247.026	33.118.197
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	46.988.661	(35.331.417)	69.128.829	(31.045.771)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

Impactos Covid-19

Em 2020, diante do avanço da pandemia do novo Coronavírus (“ Covid-19”), a Companhia sabendo da importância da prevenção e dos cuidados necessários, adotou diversas medidas que reforçam o compromisso e o comprometimento com a saúde de seus colaboradores e a segurança das suas operações. Diante disso, foi criado um comitê de contingência multidisciplinar composto por pessoas estratégicas com o objetivo de discutir possíveis pontos vulneráveis de transmissão do vírus; novos procedimentos de prevenção foram integrados à rotina das empresas do grupo, tais como: a intensificação da higienização dos locais de trabalho; disponibilização de álcool em gel em vários pontos, como em setores do administrativo, portaria, parque fabril e áreas de grande circulação de pessoas; mudanças de layout das mesas na área administrativa, assim como no refeitório bem como adequação nos horários das refeições para evitar aglomerações neste ambiente; suspensão de visitas externas, reuniões presenciais e qualquer tipo de eventos que possam ter aglomeração; foram intensificadas as vídeos conferências para atendimento de clientes, fornecedores e bancos; foi adotado trabalho remoto para alguns colaboradores do grupo de risco, além da divulgação constante através dos canais de comunicação interna para orientações de prevenção do contágio. Sabemos que as consequências do novo coronavírus e os efeitos na saúde da população pode causar um avanço da crise em todos os setores da economia e poderão contribuir com o aumento do risco de uma estagnação econômica, contudo, mesmo com todas as adversidades a Cia apresentou uma boa estabilidade financeira superando as suas expectativas que na sequência poderá ser evidenciada nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas. Para tanto, os administradores têm acompanhado de forma rigorosa e diariamente os principais indicadores de desempenho e vem tomando todas as medidas para que nesse difícil momento de instabilidade esses efeitos não afete o planejamento estratégico e financeiro da Companhia.

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

2. Entidades do grupo

Controladas diretas	País	Participação	
		2020	2019
Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	Brasil	100%	100%

Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.

A controlada tem sua sede e foro no município de Estância de Sergipe, na Rodovia BR 101, KM 142. A entidade tem como objeto social a fabricação de artigos de vidro destinado a quaisquer finalidades, inclusive como partes, peças e acessórios, embalagens de vidro em geral, fabricação de moldes em geral, o beneficiamento, a comercialização, a representação por conta própria ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 8.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 11** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 15** - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social;
- **Nota explicativa nº 17** - Vida útil do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 29** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
-

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

8. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros investimentos, instrumentos financeiros derivativos e outros créditos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- **Custo amortizado:** são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e pagar e outras contas a pagar.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide nota explicativa nº 24.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. ICMS diferido

Foi constituído ICMS Diferido nas importações de bens de capital novos para ampliação da linha de produção da controlada Indústria Vidreira do Nordeste Ltda, amparado pela Lei nº 3.140 de 23 de Dezembro de 1991, combinada com a Resolução número 148/2012 do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, ambos dispositivos legais do Governo do Estado de Sergipe.

9. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

As seguintes revisões de normas entraram em vigência em 2020, porém não há impactos nas demonstrações contábeis da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão.

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16)

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da Covid-19.

Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

a) **Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)**

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) **Outras normas**

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Imobilizado - Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	25.983	20.645	52.631	29.762
Saldo bancário	11.125.859	15.134.888	19.175.085	19.615.869
Aplicações financeiras de curto prazo	64.451.434	13.459.082	83.019.310	13.472.566
	75.603.276	28.614.615	102.247.026	33.118.197

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

11. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Duplicatas a receber	130.921.483	68.956.790	179.279.507	99.423.675
Menos:				
Ajuste a valor presente - AVP	(764.189)	(1.394.472)	(1.030.129)	(1.765.135)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.317.315)	(573.724)	(1.317.315)	(573.724)
Total	128.839.979	66.988.594	176.932.063	97.084.816

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Créditos a vencer	116.264.400	68.146.712	164.584.864	98.536.847
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	8.117.804	425.567	8.120.340	490.403
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	6.123.841	-	6.152.313	-
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	6.098	2.472	6.098
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	37.013	324.429	37.013	324.429
Créditos em atraso acima de 181 dias	378.425	53.984	382.505	71.996
Total	130.921.483	68.956.790	179.279.507	99.423.675

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas contas a receber de clientes em aberto provisionando prováveis perdas no saldo com percentual progressivo, baseado no prazo em que as contas a receber se encontram em aberto.

Movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldos da provisão em 1º de janeiro de 2020	573.724	573.724
Provisão durante o exercício	743.591	743.591
Saldos da provisão em 31 de dezembro de 2020	1.317.315	1.317.315

Movimentação do ajuste a valor presente - AVP

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.394.472	1.765.135
Ajuste durante o exercício	(630.283)	(735.006)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	764.189	1.030.129

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Produtos acabados	9.850.211	25.204.182	18.892.296	39.629.192
Matérias-primas	12.679.310	12.072.999	19.164.515	15.914.041
Combustíveis	159.121	160.470	295.320	282.576
Material de embalagem	1.442.250	766.812	2.062.182	1.263.312
Materiais de manutenção	5.549.267	5.213.406	8.677.388	7.520.830
Materiais auxiliares	5.275.107	3.890.932	8.163.174	4.927.475
Outros materiais - insumos	920.547	880.211	1.126.339	1.061.475
Total	35.875.813	48.189.012	58.381.214	70.598.901

13. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
COFINS	74.650	99.631	22.020.752	18.589.335
ICMS (a)	1.932.650	2.595.747	18.683.713	4.592.748
PIS	16.206	21.630	5.431.100	4.681.313
IRRF	-	-	14.141	25.856
Outros	-	-	36.498	17.030
	2.023.506	2.717.008	46.186.204	27.906.282
Circulante	1.061.338	373.726	28.669.553	25.524.749
Não circulante	962.168	2.343.282	17.516.651	2.381.533

- (a) O valor correspondente ao ICMS consolidado é proveniente do diferimento nas aquisições de ativo imobilizado importados para ampliação de uma nova linha de produção no valor de R\$ 15.611.770 na controlada.

14. Instrumentos financeiros derivativos

Em maio de 2018 a Companhia fez a captação junto aos Bancos Bradesco, Brasil e Itaú de Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap, em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para BRL em % do CDI).

Os termos e condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em 100% do CDI + Spread Bancário de cada instituição financeira.

A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” que é contabilizada diretamente no resultado. A precificação das operações de Swap é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão baseadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**a. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos**

O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas:

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 (Reclassificado)
Ativo de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL s/Prejuízo Fiscal	-	-	4.565.470	3.038.353
IRPJ e CSLL s/Provisão para contingências	654.718	383.809	654.718	383.809
IRPJ e CSLL s/AVP do contas a receber	259.824	477.289	350.244	603.314
IRPJ e CSLL s/Variação Cambial regime competência	1.735.322	1.735.322	1.735.322	1.735.322
Ativo de impostos diferidos	2.649.864	2.596.420	7.305.754	5.760.798
Passivo de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL s/Instr.Financeiros derivativos - SWAP	(6.358.099)	(2.688.894)	(6.358.099)	(2.688.894)
IRPJ e CSLL s/AVP de Fornecedores	(6.140)	(11.350)	(15.572)	(16.679)
IRPJ e CSLL s/Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(46.684.191)	(45.354.715)	(52.722.836)	(47.860.748)
IRPJ e CSLL s/Ganho sobre compra vantajosa IVN	(44.334.800)	(44.334.800)	(44.334.800)	(44.334.800)
Passivo de impostos diferidos	(97.383.230)	(92.389.759)	(103.431.308)	(94.901.121)
Saldos líquidos	(94.733.365)	(89.793.339)	(96.125.553)	(89.140.323)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

<u>Controladora</u>	Saldo em 31 de	Reconhecidos no	Saldo em 31 de
	dezembro de 2019	resultado do exercício	dezembro de 2020
Prejuízo fiscal	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos - NDF's	-	-	-
Provisão para contingências	383.809	270.910	654.719
Ajuste a valor presente do contas a receber	474.121	(214.296)	259.824
Ajuste a valor presente de fornecedores	(8.182)	2.042	(6.140)
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(2.688.894)	(3.669.205)	(6.358.099)
Variação cambial - regime de competência	1.735.322	-	1.735.322
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(45.354.715)	(1.329.477)	(46.684.191)
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.334.800)	-	(44.334.800)
Impostos diferidos (líquido)	(89.793.339)	(4.940.026)	(94.733.365)
Efeito no resultado	-	(4.940.026)	-
<u>Consolidado</u>	Saldo em 31 de	Reconhecidos no	Saldo em 31 de
	dezembro de 2019	resultado do exercício	dezembro de 2020
Prejuízo fiscal	3.038.353	1.527.117	4.565.470
Provisão para contingências	383.809	270.910	654.719
Ajuste a valor presente do contas a receber	600.146	(249.901)	350.244
Ajuste a valor presente de fornecedores	(13.511)	(2.061)	(15.572)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	(2.688.894)	(3.669.205)	(6.358.099)
Variação cambial - regime de competência	1.735.322	-	1.735.322
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(47.860.748)	(4.862.090)	(52.722.837)
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.334.800)	-	(44.334.800)
Impostos diferidos (líquido)	(89.140.323)	(6.985.230)	(96.125.553)
Efeito no resultado	-	(6.985.230)	-

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2020	2019	2020	2019
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	92.526.129	43.922.753	94.571.333	43.269.737
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	(5.419.641)	-	(5.419.641)	-
	87.106.488	43.922.753	89.151.692	43.269.737
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	29.616.206	14.933.736	30.311.575	14.711.711
Exclusões/Adições permanentes:	(6.896.128)	(4.305.827)	(7.591.497)	(4.083.801)
Deduções	(603.819)	251.695	(603.819)	251.695
	22.116.259	10.879.604	22.116.259	10.879.604
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	22.116.259	10.879.604	22.116.259	10.879.604
Alíquota efetiva	25%	25%	25%	25%

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Eletrobras	202.993	202.993	202.993	202.993
IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	410.237.570	348.883.960	-	-
Total	410.440.564	349.086.953	202.993	202.993

IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	2020	2019
Participação (%)	100%	100%
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2020	348.883.960	291.999.490
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	51.000.000	57.790.487
Aumento de capital social	101	-
Outros ajustes	-	773
Equivalência patrimonial	10.353.509	(906.790)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2020	410.237.570	348.883.960

VIDROPORTO S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)**

17. Imobilizado

Controladora	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de reparo e conservação	Software	Total
Custo:								
Saldos em 1º de janeiro de 2019	38.885.574	284.240.650	482.915	2.156.412	3.184.215	1.575.588	498.162	331.023.516
Adições	-	879.366	8.220	45.442	6.178.220	1.840.243	-	8.951.491
Alienações	-	(165.612)	-	-	-	-	-	(165.612)
Transferências	(435.104)	10.342.191	736.877	(1.309.014)	(8.128.320)	(1.342.738)	136.108	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	38.450.470	295.296.595	1.228.012	892.840	1.234.115	2.073.093	634.270	339.809.395
Adições	-	1.114.906	34.065	-	9.025.300	438.921	26.130	10.639.322
Alienações	-	(6.088.348)	(4.569)	-	-	-	-	(6.092.917)
Transferências	2.109.233	4.698.453	35.733	86.500	(6.253.947)	(675.972)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.559.703	295.021.606	1.293.241	979.340	4.005.468	1.836.042	660.400	344.355.800
Depreciação:								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(3.340.152)	(78.982.268)	(248.403)	(1.254.715)	-	-	(276.766)	(84.102.304)
Depreciação no exercício	(574.651)	(19.569.802)	(94.155)	(56.932)	-	-	(57.794)	(20.353.334)
Alienações	-	104.435	-	-	-	-	-	104.435
Transferências	92.705	(647.893)	(194.980)	738.364	-	-	11.804	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(3.822.098)	(99.095.528)	(537.538)	(573.283)	-	-	(322.756)	(104.351.203)
Depreciação no exercício	(599.726)	(20.131.164)	(120.073)	(60.117)	-	-	(80.553)	(20.991.633)
Alienações	-	5.579.396	3.794	-	-	-	-	5.583.190
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(4.421.824)	(113.647.296)	(653.817)	(633.400)	-	-	(403.309)	(119.759.646)
Valor líquido contábil:								
Em 31 de dezembro de 2019	34.628.372	196.201.066	690.475	319.557	1.234.115	2.073.093	311.514	235.458.192
Em 31 de dezembro de 2020	36.137.879	181.374.310	639.424	345.940	4.005.468	1.836.042	257.091	224.596.154

VIDROPORTO S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)**

Consolidado	Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de Reparo e Conservação	Software	Total
Custo:								
Saldos em 1º de janeiro de 2019	161.683.335	435.069.058	1.984.940	2.156.412	3.184.215	1.575.588	937.251	606.591.340
Adições	-	926.609	8.220	45.443	11.282.026	1.840.243	-	14.102.541
Alienações	-	(165.612)	-	-	-	-	-	(165.612)
Transferências	(8.188.342)	20.868.124	752.333	(1.208.705)	(11.016.780)	(1.342.738)	136.108	(0)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	153.494.993	456.698.719	2.745.494	993.150	3.449.461	2.073.093	1.073.359	620.528.269
Adições	7.884	1.176.331	40.476	-	83.354.879	877.970	26.130	85.483.669
Alienações	-	(6.088.348)	(4.569)	-	(81.801)	-	-	(6.174.718)
Transferências	9.731.979	73.614.380	83.868	86.500	(82.710.719)	(806.007)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	163.234.856	525.401.081	2.865.268	1.079.650	4.011.820	2.145.056	1.099.489	699.837.220
Depreciação:								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(7.372.455)	(85.357.749)	(401.591)	(1.254.715)	-	-	(341.974)	(94.728.484)
Depreciação no exercício	(3.467.821)	(23.960.497)	(210.754)	(58.124)	-	-	(57.794)	(27.754.990)
Alienações	-	104.435	-	-	-	-	-	104.435
Transferências	429.431	(984.619)	(194.980)	738.364	-	-	11.804	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(10.410.845)	(110.198.430)	(807.324)	(574.476)	-	-	(387.964)	(122.379.038)
Depreciação no exercício	(4.476.374)	(26.606.904)	(277.641)	(80.180)	-	-	(80.553)	(31.521.652)
Alienações	-	5.586.515	3.794	-	-	-	-	5.590.309
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(14.887.218)	(131.218.819)	(1.081.171)	(654.655)	-	-	(468.517)	(148.310.381)
Valor líquido contábil:								
Em 31 de dezembro de 2019	143.084.149	346.500.290	1.938.169	418.674	3.449.461	2.073.093	685.395	498.149.231
Em 31 de dezembro de 2020	148.347.638	394.182.262	1.784.097	424.994	4.011.820	2.145.056	630.972	551.526.839

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em Reais)

18. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas foi de R\$ 3.136.683 (R\$ 3.029.649 em 2019).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica/odontológica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas e custo do produto vendido no resultado estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Alimentação do trabalhador	5.144.100	4.805.328	7.066.082	5.529.303
Auxílio transporte	-	-	1.110.542	583.601
Participação nos lucros	1.732.284	880.104	2.454.245	1.236.687
Assistência médica/odontológica	2.569.074	2.304.955	3.250.012	2.823.032
Seguro de vida em grupo	87.106	284.652	137.491	318.602
Total	9.532.564	8.275.039	14.018.372	10.491.223

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Mercado interno	18.577.371	14.876.507	27.778.968	20.570.696
Mercado externo	3.624.876	2.959.578	11.280.404	3.059.286
Ajuste a valor presente - AVP	(18.059)	(24.065)	(45.800)	(39.739)
Total	22.184.188	17.812.020	39.013.572	23.590.243

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 30.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em Reais)

20. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 30.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Controladora				Taxas		Adições		Amortizações		Prazos			
Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Base	Spread ao Ano	Saldo em 31/12/2019	Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação	Saldo em 31/12/2020	Circulante	Não circulante
Banco Itau	2146177015	03/08/2020	4131	CDI-POS	3,00%	6.133.587	-	1.155.762	4.741.950	2.547.399	-	-	-
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	33.190.695	-	10.909.691	12.627.385	6.999.350	24.473.651	18.361.152	6.112.499
Banco Bradesco	1171802006	23/04/2021	4131	CDI-POS	2,18%	25.979.010	-	8.481.452	17.138.043	8.941.255	8.381.164	8.381.164	-
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	32.576.026	-	12.684.001	12.807.367	5.567.989	26.884.671	18.978.733	7.905.939
Banco Safra	001061453	21/09/2021	CCB	CDI-		-	19.981.904	275.794	10.057.767	80.940	10.118.991	10.118.991	-
Banco Citibank	445149	24/09/2021	CCB	CDI-		-	15.000.000	170.173	-	-	15.170.173	15.170.173	-
Banco Citibank	445283	01/11/2021	CCB	CDI-		-	15.000.000	165.499	-	-	15.165.499	15.165.499	-
(-) Enc. financeiros						(632.589)					(342.707)	(258.645)	(84.062)
Total geral						97.246.729	49.981.904	33.842.372	57.372.512	24.136.933	99.851.443	85.917.067	13.934.376

Consolidado				Taxas		Adições		Amortizações		Prazos			
Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Base	Spread ao Ano	Saldo em 31/12/2019	Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação	Saldo em 31/12/2020	Circulante	Não circulante
Banco Itau	2146177015	03/08/2020	4131	CDI-POS	3,00%	6.133.587	-	1.155.762	4.741.950	2.547.399	-	-	-
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	33.190.695	-	10.909.691	12.627.385	6.999.350	24.473.651	18.361.152	6.112.499
Banco Bradesco	1171802006	23/04/2021	4131	CDI-POS	2,18%	25.979.010	-	8.481.452	17.138.043	8.941.255	8.381.164	8.381.164	-
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	32.576.026	-	12.684.001	12.807.367	5.567.989	26.884.671	18.978.733	7.905.939
Banco Safra	001061453	21/09/2021	CCB	CDI-		-	19.981.904	275.794	10.057.767	80.940	10.118.991	10.118.991	-
Banco Citibank	445149	24/09/2021	CCB	CDI-		-	15.000.000	170.174	-	-	15.170.174	15.170.174	-
Banco Citibank	445283	01/11/2021	CCB	CDI-		-	15.000.000	165.499	-	-	15.165.499	15.165.499	-
Bco Nordeste do Brasil	520207226958	15/05/2023	Capital Giro	IPCA	2,61%	-	9.000.000	339.526	-	289.845	9.049.682	2.674.681	6.375.000
Bco Nordeste do Brasil	520207226958	15/05/2023	Capital Giro	IPCA	10,69%	-	1.000.000	47.746	-	43.354	1.004.392	296.059	708.333
Bco Nordeste do Brasil	520207256974	15/06/2023	Capital Giro	IPCA	2,61%	-	9.000.000	349.643	-	299.935	9.049.708	2.299.708	6.750.000
Bco Nordeste do Brasil	520207256974	15/06/2023	Capital Giro	IPCA	10,69%	-	1.000.000	47.746	-	43.354	1.004.392	254.392	750.000
(-) Enc. financeiros						(632.589)					(342.707)	(258.645)	(84.062)
Total geral						97.246.729	69.981.904	34.627.033	57.372.512	24.813.421	119.959.617	91.441.908	28.517.709

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
2020	-	53.037.284	-	53.037.284
2021	85.917.067	33.936.556	91.441.908	33.936.556
2022	13.934.376	10.272.889	23.934.376	10.272.889
2023	-	-	4.583.333	-
Total	99.851.443	97.246.729	119.959.617	97.246.729

Garantias

A seguir são demonstradas as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Capital de giro	Aval de acionistas e duplicatas (30%)
Finame	Garantidos pelos equipamentos

Os valores acima captados em moeda estrangeira através das operações 4131, atrelado a contrato de *Swap* com indexador de CDI + *Spread*, tem como garantia as seguintes condições por entidade financeira:

- Banco Itaú S.A.** - aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 15% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe;
- Banco Bradesco S.A.** - aplicação financeira de Uma PMT + Caução de 18% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe;
- Banco do Brasil S.A.** - fluxo de recebíveis das vendas performadas relativas ao contrato de fornecimentos para a Ambev S.A. + Caução de 10% sobre o saldo devedor em recebíveis de clientes + Aval do acionista Quatroefe.

21. Debêntures a pagar

	2020	2019
Debêntures a pagar (passivo circulante)	41.400.000	22.500.000
(-) Custo de transação a incorrer	(725.848)	(485.959)
Total	40.674.152	22.014.041
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	231.600.000	173.000.000
(-) Custo de transação a incorrer	(2.093.285)	(1.574.720)
Total	229.506.715	171.425.280
Total das Debentures a pagar	270.180.867	193.439.321

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

2ª Emissão de Debêntures:

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia efetuou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$200.000.000 (duzentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 54 (cinquenta e quatro) parcelas, a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de novembro de 2019 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1 de novembro de 2018.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>), acrescidos de um spread equivalente a 2,60% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$170.000.000 (cento e setenta milhões de reais) foram utilizados para aquisição de planta pré-operacional da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. (“IVN”) e o saldo remanescente para reforço de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão de Debêntures que estão sendo devidamente seguidas.

Em 18 de fevereiro de 2019 foi realizado o Primeiro Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de formalizar o cumprimento da convocação das debêntures da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória para da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, passando referido instrumento a denominar-se: “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição”.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

Nesta 2ª Emissão de Debêntures foram dadas as seguintes garantias:

- 1 - Alienação Fiduciária de todas as quotas de Emissão da IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.;
- 2 - Alienação Fiduciária da totalidade dos imóveis industriais de propriedade da Vidroporto S.A.;
- 3 - Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Vidroporto sobre as vendas oriundas do Contrato de Fornecimento de garrafas de vidro celebrado entre a Companhia e HNK BR Industria de Bebidas Ltda.;
- 4 - Aval do acionista Quatroefe:

▪ Após o início da atividade da IVN, uma vez cumpridas as condições presentes do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures acima citado, ou seja, atingimento do faturamento anual de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) e faturamento mensal para a HNK, a alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Vidroporto poderá ser substituída pela alienação fiduciária do imóvel industrial de propriedade da IVN.

Adicionalmente poderá substituir a Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da Vidroporto pela Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da IVN sobre as vendas para a HNK.

Em 04 de março de 2020 foi realizado o Segundo Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de alterar a redação dos itens que passam a vigorar conforme a seguir:

“Garantias Reais

Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos do “Contrato de Fornecimento de Garrafas de Vidro” celebrado entre a Companhia e a HNK BR Indústria de Bebidas Ltda., HNK BR Bebidas Ltda., Cervejarias Kaiser Brasil S.A.; Cervejaria Baden Baden Ltda, Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. e Cervejaria Sudbrack Ltda. (quando em conjunto, “Grupo Heineken”) em 27 de abril de 2018 (“Contrato Fornecimento HNK” e “Direitos Creditórios Companhia”); (b) todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Administrador, decorrentes de conta vinculada de titularidade da Companhia, não movimentável por esta, mantida no Banco Administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transitar a integralidade dos Direitos Creditórios Companhia (“Conta Vinculada Companhia”); e (c) a Conta Vinculada Companhia (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), constituída nos termos do “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o banco administrador (“Banco Administrador”) em 9 de outubro de 2018 (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), observado que esta Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia poderá ser substituída nos termos da Cláusula 4.9.1.4 abaixo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da IVN sobre (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos do “Contrato de Fornecimento de Garrafas de Vidro” celebrado entre a IVN e o Grupo Heineken, em 1 de dezembro de 2018, (“Contrato Fornecimento HNK e IVN” e “Direitos Creditórios IVN”); (b) todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Administrador, decorrentes de conta vinculada de titularidade da Sociedade, não movimentável por esta, mantida no Banco Administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transitar a integralidade dos Direitos Creditórios IVN (“Conta Vinculada IVN”); e (c) a Conta Vinculada IVN (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN” e, quando em conjunto com Alienação Fiduciária de Quotas IVN, Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia, “Garantias Reais”, e quando em conjunto com Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas IVN, Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia e Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia, “Instrumentos de Garantia”), constituída, de forma compartilhada, conforme cláusula 4.9.1.1.1 abaixo, nos termos do “Contrato Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado entre a IVN, o Agente Fiduciário, o Banco do Brasil S.A. e a Companhia (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN”).”

Inclusa a Cláusula na Escritura de Emissão:

“A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN é compartilhada com os titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Emissora (“3ª Emissão”, “Debêntures da 3ª Emissão” e “Debenturistas da 3ª Emissão”, respectivamente), conforme aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 4 de março de 2020 (“AGD da 2ª Emissão”), respeitando-se a proporção e demais condições de compartilhamento previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN.”

Alteração da redação da Cláusula da Escritura de Emissão, que passa a vigorar conforme a seguir:

“Adicionalmente à substituição da Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia, quando verificado que o fluxo de recebimento do Contrato Fornecimento HNK e IVN, é equivalente a, no mínimo, R\$8.700.000,00 (oito milhões e setecentos mil reais) por mês, considerando a média simples dos últimos 12 (doze) meses (“Condição para Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), a Emissora terá a faculdade de solicitar a liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia (“Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”).”

3ª Emissão de Debêntures

Em 04 de março de 2020, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora (“Emissão” ou “3ª Emissão”) será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta”), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

Foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 48 (quarenta e oito) parcelas, a partir do 19º (décimo nono) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de outubro de 2021 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado, sendo o primeiro pagamento em 1 de abril de 2020 (cada uma, uma data de “data de pagamento dos juros remuneratórios”).

As Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir da Data da Primeira Integralização ou da última data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), conforme o caso, até a data de Pagamento da Remuneração.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$100.000.000 (cem milhões de reais) foram utilizados para investimento na ampliação da capacidade produtiva de sua subsidiária Indústria Vidreira do Nordeste Ltda (“IVN”), mediante a realização de aporte de capital e reforço de capital de giro da emissora.

Vencimento antecipado automático

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas, inclusive o item i. conforme segue:

Para os fins de cálculo do Covenant Financeiro, a ser verificado anualmente, será o índice *Divida líquida/EBITDA*, calculado com base no EBITDA consolidado dos últimos 12 meses, conforme tabela abaixo, sendo certo que a primeira verificação será realizada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

Ano 2020	Divida líquida/ EBTIDA Menor ou igual a 2,80	
	Nota	31/12/2020
Lucro líquido do exercício		65.469.845
(+) Resultado financeiro	28	29.172.196
(+) Depreciação	17	31.521.654
(+) Imposto de renda e contribuição social	15	29.101.489
Ebitda		155.265.184
Empréstimos e financiamentos	20	119.959.617
Debêntures a pagar	21	270.180.867
(-) Caixa equivalente caixa	10	(102.247.026)
(-) Derivativos	30	(18.700.290)
Endividamento líquido		269.193.168
Dívida líquida/EBTIDA		1,73

22. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reclassificado)	2020	2019 (Reclassificado)
COFINS	1.887.889	2.487.189	1.888.962	2.490.268
CSSL	868.544	540.895	868.902	541.921
ICMS	3.719.742	5.562.701	3.846.182	5.562.701
INSS	1.942	2.734	5.227	8.027
IPI	5.474.738	6.837.291	8.199.491	9.032.456
IRPJ	1.917.468	1.290.249	1.917.468	1.290.249
IRRF	182.171	217.694	239.674	260.916
ISS	16.158	15.386	41.197	34.226
PIS	406.125	538.973	406.357	539.640
Outros	58.200	60.487	69.959	65.414
	14.532.977	17.553.599	17.483.419	19.825.818

Os valores de INSS e FGTS sobre a folha de pagamento foram reclassificados o grupo de Salários, férias e encargos a pagar.

23. Parcelamento de Impostos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Parcelamento de ICMS	2.118.795	-	2.118.795	-
Parcelamento de IPI	12.129.424	-	13.283.122	-
	14.248.219	-	15.401.917	-

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Circulante	3.033.291	-	3.271.987	-
Não Circulante	11.214.928	-	12.129.930	-

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado (Em Reais)

Parcelamento ICMS -competência Março/2020 no valor original total de R\$ R\$ 2.306.381,23 realizado em 60 parcelas com vencimento final em 31/05/2025, atualizado em 2% multa + 2,0% Juros, mais acréscimos financeiros mensais de 1% + taxa Selic;

Parcelamento IPI - competências Março, Abril e Maio/2020 totalizando valor original de R\$ 10.488.976,20 realizado em 60 parcelas com vencimento final em 30/09/2025, atualizado em 1,7% juros + 20% multa, mais acréscimos financeiros mensais de 1% + taxa Selic;

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 220.009.043 (R\$ 197.114.869 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2019), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício	65.469.845	31.316.041
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(3.273.492)	(1.565.802)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

(=) Lucro líquido ajustado	62.196.353	29.750.239
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20%	20%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	12.439.271	5.950.048

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta fiscal	490.675.538	414.390.761	643.302.190	498.051.866
Menos:				
Impostos sobre vendas	(121.047.068)	(105.281.444)	(152.457.710)	(123.044.187)
Devoluções e abatimentos	(3.300.899)	(1.795.118)	(8.949.560)	(2.286.473)
Total	366.327.571	307.314.200	481.894.920	372.721.206

26. Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Reclassificado)	2020	2019 (Reclassificado)
Custo das mercadorias revendidas	3.217.064	1.472.308	3.217.064	1.472.308
Combustíveis/energéticos	71.667.947	71.668.189	100.794.577	91.788.915
Matérias primas	77.373.708	63.541.446	114.099.444	81.329.845
Mão de obra e encargos	27.119.852	23.801.670	37.212.046	29.300.940
Depreciações	22.187.380	19.165.149	32.886.232	25.043.205
Materiais de manutenção	6.838.426	8.898.504	9.464.105	10.827.225
Materiais de embalagens	8.472.949	5.913.538	12.031.871	11.104.053
Alimentação ao trabalhador	3.702.761	2.997.273	3.702.761	2.970.457
Assistência médica	2.133.436	1.903.734	2.133.436	1.852.591
Materiais auxiliares	9.696.291	8.557.777	12.654.055	9.629.213
Prestação de serviços	4.542.301	3.788.668	6.445.304	6.126.940
Materiais de uso e consumo	857.410	727.416	1.111.316	945.811
Materiais de segurança	369.395	331.120	526.445	481.077
Seguro de vida em grupo	53.800	77.127	53.800	74.201
Outros custos	3.603.859	3.307.128	2.884.711	3.590.308
Total	241.836.579	216.151.047	339.217.167	276.537.089

27. Despesas administrativas e gerais

	2020	2019 (Reclassificado)	2020	2019 (Reclassificado)
	Despesas com pessoal	9.204.507	9.137.865	11.481.065
Benefícios sociais	2.885.359	2.883.238	6.798.359	4.728.711
Serviços de terceiros	2.312.249	3.042.849	2.687.024	3.453.838
Consumo de materiais	950.335	223.705	2.378.613	1.413.595
Energia elétrica	129.785	137.606	178.536	221.787
Despesas tributárias	996.685	347.466	996.685	347.967
Despesas com comunicações	107.244	88.102	151.723	134.056
Viagens e representações	243.619	447.986	713.451	612.179
Depreciação e amortização	230.267	213.534	495.601	400.476
Outras despesas	1.436.631	744.324	1.604.424	1.877.610
Total	18.496.681	17.266.675	27.485.481	23.777.517

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

28. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	20.782.092	4.167.271	21.296.249	4.168.633
Ganhos com derivativos - <i>Swap</i>	10.791.779	-	10.791.779	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(6.006)	(6.354)	6.061	9.320
Variação cambial positiva	10.255.020	23.272.361	20.484.536	23.296.163
Outros	194.265	435.820	600.899	815.746
	42.017.150	27.869.097	53.179.524	28.289.862
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(20.387.738)	(26.039.123)	(22.758.239)	(26.318.645)
Perdas com derivativos - <i>Swap</i>	-	(806.701)	-	(806.701)
Variação cambial negativa	(44.255.411)	(28.565.525)	(54.284.957)	(28.637.332)
Descontos concedidos	(4.671)	(432.237)	(1.968.920)	(871.659)
Despesas bancárias	(197.973)	(149.533)	(720.944)	(205.321)
Despesas com cobrança	(11.703)	(20.612)	(14.940)	(21.878)
Juros/multa de mora	(2.384.051)	(8.731)	(2.603.692)	(12.448)
	(67.241.547)	(56.022.463)	(82.351.693)	(56.873.985)
Resultado financeiro líquido	(25.224.397)	(28.153.366)	(29.172.169)	(28.584.123)

29. Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis	1.078.415	1.078.415	1.078.415	1.078.415
Trabalhistas	1.371.862	1.128.849	1.382.704	1.139.691
Total	2.450.277	2.207.264	2.461.119	2.218.106

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 224.543 em 2020 (R\$ 154.427 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

30. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

<u>31 de dezembro de 2020</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	75.603.276	102.247.026
Instrumentos financeiros derivativos	18.700.290	18.700.290
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	128.839.979	176.932.063
Outros créditos	2.018.061	4.910.845
Total	<u>225.161.606</u>	<u>302.790.224</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	(22.699.730)	(40.160.653)
Empréstimos e financiamentos	(99.851.443)	(119.959.617)
Debêntures a pagar	(270.180.867)	(270.180.867)
Total	<u>(392.732.040)</u>	<u>(430.301.137)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

31 de dezembro de 2019	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Caixa e equivalentes de caixa	28.614.615	33.118.197
Instrumentos financeiros derivativos	7.908.511	7.908.511
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Contas a receber de clientes	66.988.594	97.084.816
Outros créditos	1.589.200	14.715.902
Total	105.100.920	152.827.426
	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	(21.498.726)	(28.046.513)
Empréstimos e financiamentos	(97.246.729)	(97.246.729)
Debêntures a pagar	(193.439.321)	(193.439.321)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Total	(312.184.776)	(318.732.563)

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor contábil. Os contratos de *swap* são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco operacional;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo Conselho de Administração e Diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis como é a prática de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e saldos bancários	10	11.151.842	15.155.533	19.227.715	19.645.631
Aplicações financeiras	10	64.451.434	13.459.082	83.019.311	13.472.566
Contas a receber de clientes	11	128.839.979	66.988.594	176.932.063	97.084.816
Total		204.443.255	95.603.209	279.179.089	130.203.013

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e sua controlada utilizam o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

VIDROPORTO S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

Controladora

Em 31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	22.184.188	22.184.188	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	99.851.443	85.917.067	13.934.376	-	-
Debêntures a pagar	270.180.867	40.674.152	136.248.304	93.258.411	-
Outras contas a pagar	515.543	515.543	-	-	-

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2020	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	39.013.572	39.013.572	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	119.959.617	91.441.908	23.934.376	4.583.333	-
Debêntures a pagar	270.180.867	40.674.152	136.248.304	93.258.411	-
Outras contas a pagar	1.147.081	1.147.081	-	-	-

Controladora

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	17.812.020	17.812.020	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.246.729	53.037.284	33.936.556	10.272.889	-
Debêntures a pagar	193.439.321	22.014.041	98.030.737	73.394.543	-
Outras contas a pagar	3.686.705	3.686.705	-	-	-

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Fornecedores	23.590.244	23.590.244	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	97.246.729	53.037.284	33.936.556	10.272.889	-
Debêntures a pagar	193.439.321	22.014.041	98.030.738	73.394.543	-
Outras contas a pagar	4.456.268	4.456.268	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Aplicações financeiras	10	64.451.434	13.459.082	83.019.311	13.472.566
Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar	20 e 21	(370.032.310)	(290.686.050)	(390.140.484)	(290.686.050)
Déficit apurado		<u>(305.580.876)</u>	<u>(277.226.968)</u>	<u>(307.121.173)</u>	<u>(277.213.485)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

Desta forma o quadro a seguir demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
			Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração	
	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo	Taxa (%)	Saldo
Empréstimos e financiamentos	12,00		15,00		9,00		18,00		6,00	
Capital de giro (CDI)	12,00	99.851.443	15,00	14.997.716	9,00	8.986.630	18,00	17.973.260	6,00	5.991.087
Debêntures		7		40.527.130		24.316.278		48.632.556		16.210.852
Efeito Líquido				<u>55.524.846</u>		<u>33.302.908</u>		<u>66.605.816</u>		<u>22.201.939</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)

(iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Total do passivo	537.760.989	433.522.939	599.097.098	443.674.968
Caixa e equivalentes de caixa	(75.603.276)	(28.614.615)	(102.247.026)	(33.118.197)
Dívida líquida (A)	<u>462.157.713</u>	<u>404.908.324</u>	<u>496.850.072</u>	<u>410.556.771</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>362.018.249</u>	<u>308.770.889</u>	<u>362.018.249</u>	<u>308.770.889</u>
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,28	1,31	1,37	1,33

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 controladora e consolidado
(Em Reais)**

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de *swap*, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

31. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e sua controlada, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 10.639.322 (R\$ 8.951.491 em 2019), dos quais R\$ 2.204.567 (R\$ 181.464 em 2019) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia.

32. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e sua controlada são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.